

Earth4All: Brasil

Cinco transformações rumo ao bem-estar
para todos e dentro dos limites planetários.

NOVEMBRO DE 2025

**SUMÁRIO
EXECUTIVO**

Autores

Johannah Bernstein, Líder Sênior de Políticas Públicas, Earth4All

Robert Muggah, Co-fundador, Instituto Igarapé

Equipe de modelagem

Nathalie Spittler, Cientista Sênior, BOKU University e Líder de Pesquisa, Earth4All

Igor Oliveira, Modelador, Earth4All

Luís Matheus Tavares Silva, Modelador, Earth4All

Colaboradores

Sandrine Dixson-Declève, Presidente Executiva, Earth4All

Owen Gaffney, Co-presidente, Earth4All

Laetitia Mairlot, Coordenadora de Engajamentos Nacionais

Membros da Comissão de Economia Transformativa e Ciência Planetária (CET) do Earth4All Brasil

Túlio César Mourthé de Alvim Andrade, Chefe de Estratégia e Alinhamento da Presidência da COP30 (Fase II pós-COP30)

Gustavo da Cunha Westmann, Assessor-Chefe para Assuntos Internacionais, Secretaria Geral da Presidência da República, Brasil

Maiara Folly, Diretora Executiva e Cofundadora, Plataforma CIPÓ

Robert Muggah, Cofundador, Instituto Igarapé

Carlos Nobre, Cientista Sênior, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; Copresidente do Painel Científico para a Amazônia e Presidente do CET Brasil

Izabella Teixeira, Copresidente do Painel Internacional de Recursos (IRP/PNUMA); Pesquisadora Sênior do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e ex-Ministra do Meio Ambiente do Brasil

Agradecimentos

Earth4All agradece imensamente o apoio financeiro para este relatório fornecido pela Collaborative for Systemic Climate Action e a orientação ao contexto brasileiro prestada pelos comissários.

Earth4All é apoiada por diversas fundações; para mais informações, por favor, visite www.earth4all.life.

Sumário executivo

Muitas das soluções para grandes desafios existenciais, como a mudança do clima e a perda de biodiversidade, já são amplamente conhecidas: transformar nossos setores de energia, transporte e indústria e proteger as florestas. Mas, se conhecemos as soluções, por que não estamos avançando? Relembrar as soluções não basta. Precisamos reavaliar o problema. Na Earth4All, nossa análise mostra que o cerne do problema é a confiança e a coesão social. O mundo frequentemente deixa de progredir porque não há confiança suficiente nos governos para tomar decisões de longo prazo em benefício da maioria das pessoas. Maior confiança nas instituições e maior coesão social são fatores-chave para o sucesso.

Este relatório da Earth4All foca em como o Brasil pode ampliar a confiança e a coesão social para enfrentar a mudança do clima. É uma resposta inicial aos crescentes apelos da Presidência brasileira da COP30 e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por uma transição justa e equitativa. O Brasil somente alcançará suas metas climáticas e de desenvolvimento se a ação se concentrar em instituições e regras que fortaleçam a confiança e a coesão social. É um trabalho árduo porque interesses estabelecidos e profundas desigualdades estruturais impõem resistência a cada passo.

A análise neste relatório mostra como políticas coordenadas e justas podem superar resistências e entregar ganhos mais rápidos e compartilhados rumo às metas de descarbonização e ao desenvolvimento econômico equitativo. O estudo explora cinco transformações — pobreza, desigualdade, empoderamento, alimentos e energia — que definirão o rumo e o ritmo do avanço. E pondera sobre como diferentes caminhos de políticas públicas influenciarão serão influenciados por coesão social, prosperidade e políticas climáticas no Brasil. Propomos que estudos analíticos futuros se baseiem nisso, acrescentando mais variáveis específicas do contexto, complexidade e maior envolvimento das partes interessadas nas cinco transformações extraordinárias propostas.

O relatório baseia-se em modelagem de dinâmica de sistemas, pesquisa qualitativa, pesquisas de opinião pública sobre atitudes em relação à mudança dos sistemas econômicos e contribuições de especialistas da Comissão de Economia Transformativa e Ciência Planetária. Apresenta um conjunto de cenários futuros possíveis para o Brasil relacionados a uso da terra, energia, clima e equidade social. Considera cenários *Too Little, Too Late* ou Muito pouco, tarde demais (que exigiria vivermos com os limites do planeta exauridos) e outros que oferecem um *Giant Leap* ou Grande Salto, que significa viver dentro dos limites planetários, em níveis nacional e global. Ao testar a interação entre as cinco transformações, o relatório revela, como mostrado em outros relatórios [nacionais](#) e [globais](#), que ações ambiciosas e alinhadas, quando direcionadas a desafios geográficos específicos, podem promover bem-estar econômico e resiliência a choques e pressões. Em contrapartida, as abordagens incrementais de tomada de decisões, que são habituais, tendem a intensificar os riscos ecológicos, os custos econômicos e humanos da inação e as tensões sociais.

Resultados selecionados

O presente relatório oferece uma primeira visão geral das principais mudanças climáticas, sociais e econômicas até 2050. Constata que quaisquer caminhos que o Brasil siga têm consequências relevantes em âmbito nacional e global. Uma observação transversal é que governo, atores privados e sociedade civil precisam criar condições para a transformação de sistemas com base na reconstrução da confiança e da coesão social. As sinergias entre clima, sociedade e economia sustentam essa transformação. A análise identifica onde intervenções podem apoiar objetivos múltiplos simultaneamente e onde riscos devem ser evitados. Por fim, conclui que o Brasil tem potencial para oferecer caminhos que podem ser adaptados por outras nações.

Políticas que apoiem a coesão social e a prosperidade inclusiva no Brasil catalisam a reestruturação rumo às emissões líquidas negativas (para além do *net zero*) e à redução de riscos sistêmicos. O relatório mostra como a modelagem de sistemas pode aprofundar a compreensão dessas interdependências. Também apoia a agenda da Presidência da COP30 ao indicar a importância de conectar mitigação e adaptação climática com justiça social e climática.¹ Ao revelar como as políticas climáticas estão fundamentalmente ligadas à coesão social, o relatório oferece hipóteses testáveis e novas perspectivas. O objetivo é fornecer recomendações pragmáticas e baseadas em evidências que possam informar a elaboração e a sequência de políticas, priorizar entre trade-offs e acelerar o seu progresso.

Earth4All desenvolveu quatro cenários para testar como múltiplas combinações de ações nacionais e globais poderiam moldar o futuro do Brasil em termos de pobreza, desigualdade, empoderamento, sistemas alimentares e energéticos (ver Figura 1). Cada cenário oferece uma estrutura narrativa que descreve diferentes futuros possíveis. Os cenários foram testados quanto à sua consistência e processados através de esforços de modelagem de dinâmica de sistemas. A equipe da Earth4All gerou um conjunto de resultados qualitativos e quantitativos que estão resumidos abaixo e descritos em detalhes no relatório.

Os quatro cenários simulam trajetórias de desenvolvimento distintas para o Brasil com base nos resultados de reformas limitadas, unilaterais ou multilaterais sincronizadas. Cada cenário explora como níveis distintos de ambição nas esferas nacional e global influenciam a redução da pobreza, a desigualdade, o empoderamento, os sistemas alimentares e a transição energética. Os quatro cenários revelam futuros totalmente diferentes para o clima e o desenvolvimento do Brasil.

¹ <https://cop30.pactoglobal.org.br/>

Figura 1. Quatro cenários para Earth4All

Cenário 1 Muito Pouco Tarde Demais Nacional Muito Pouco Tarde Demais Global Progresso nacional e internacional fraco. O Brasil está exposto a riscos climáticos e de tensão social persistentes.	Cenário 3 Grande Salto Nacional Muito Pouco Tarde Demais Global Mesmo com ações globais fracas, ações nacionais fortes ainda podem impulsionar uma transformação doméstica substancial. Nossa análise conclui que medidas nacionais podem expandir drasticamente as energias renováveis, erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade, empoderar as mulheres e regenerar as economias rurais, embora os ganhos possam ser limitados por fatores internacionais.
Cenário 2 Muito Pouco Tarde Demais Nacional Grande Salto Global Ação nacional e internacional forte. Este é o cenário mais bem-sucedido, que combina uma transformação nacional e global ambiciosa. O modelo conclui que a ação combinada pode resultar em uma descarbonização rápida, uma prosperidade mais inclusiva, reduções significativas na desigualdade e sociedades resilientes e empoderadas. A ação sincronizada em ambos os níveis é essencial para resultados duradouros.	Cenário 4 Grande Salto Nacional Grande Salto Global Ação global forte, ação nacional fraca. Os avanços internacionais levam a emissões significativamente mais baixas, reduzindo alguns riscos climáticos (embora o Brasil tenha desafios muito específicos e localizados, ainda não modelados), mas a desigualdade persiste, a transformação rural é comparativamente fraca e a coesão social está comprometida.

A população brasileira apoia mudanças nos sistemas econômicos e ações climáticas mais fortes e justas

A Earth4All realizou uma grande pesquisa sobre as atitudes dos brasileiros em relação às mudanças nos sistemas econômicos e políticos e sua conexão com os riscos climáticos. A opinião pública brasileira é favorável à ação rápida. As principais conclusões são:²

- ▶ **92% dos brasileiros** estão profundamente preocupados com o estado da natureza.
- ▶ **78% concordam** que a Terra está se aproximando de perigosos pontos de inflexão.
- ▶ **81% concordam** que grandes ações em relação ao clima e à natureza – em todos os setores da economia – são necessárias nesta década.
- ▶ **Apenas um em cada três (35%)** acredita que o Brasil está fazendo o suficiente para proteger o clima e a natureza.
- ▶ **76% concordam** que há muita desigualdade no Brasil.
- ▶ **Dois em cada três** brasileiros acreditam que as pessoas ricas deveriam pagar mais imposto de renda e impostos sobre sua riqueza (70% and 69%).
- ▶ **Apenas 38%** acreditam que o governo é confiável para tomar decisões em prol da maioria da população.

² Ver <https://earth4all.life/global-survey-2024/>

- ▶ **81% dos brasileiros** acreditam que o sistema político precisa de uma transformação completa ou de grandes reformas.
- ▶ **83% acreditam** que o sistema econômico precisa de uma transformação completa ou de grandes reformas.
- ▶ **72% dos brasileiros** apoiam a ideia de assembleias cidadãs para aumentar a influência dos cidadãos na tomada de decisões.

Juntamente com outras pesquisas (ver conclusões), os dados retratam um público exigente e pragmático, profundamente consciente dos riscos ecológicos e amplamente favorável a mudanças transformadoras que associem ações climáticas à justiça social. O desafio para os formuladores de políticas é traduzir esse sentimento favorável em resultados confiáveis, com transparência institucional, inclusão e responsabilidade. O forte apelo público representa uma oportunidade real. Se os líderes brasileiros alinharem a ambição política e os investimentos com essa tendência social, a transição para uma economia mais verde e mais equitativa poderá ser acelerada.

Progresso requer coesão social como uma pré-condição essencial

O caminho para o progresso requer apoio a políticas de longo prazo e multigeracionais que sejam amplamente aceitas pela maioria dos brasileiros. As propostas políticas apresentadas pela Earth4All em exercícios anteriores e, agora, para o Brasil combinam metas climáticas com ênfase na coesão e na prosperidade. No caso específico do Brasil, os avanços virão por meio de uma reestruturação sistemática, como a aplicação da restauração florestal, a expansão das fontes renováveis para além da hidrelétrica, a adaptação das economias rurais e a redução das desigualdades. Métricas de desempenho relacionadas, entre outras coisas, à confiabilidade da energia hidrelétrica, energias renováveis com armazenamento, regeneração florestal, renda dos pequenos agricultores, desigualdade, mulheres em posições de liderança e coesão social devem ser monitoradas e as premissas atualizadas de modo transparente para construir confiança. Com políticas sistemáticas e responsabilidade, cada passo facilitará o próximo, proporcionando uma rede elétrica mais limpa, biomas mais protegidos e uma economia mais justa.

Percepções da elite são um mecanismo chave de equilíbrio

A restrição política mais forte ao progresso no Brasil é o mecanismo de equilíbrio acionado pela privação material percebida pelas elites à medida que a desigualdade cai. Se não for enfrentado, ele corrói a confiança e reduz a capacidade de ação do Estado em múltiplas frentes, incluindo mitigação e adaptação climática. Debates recentes ilustram o ponto: o Congresso rejeitou a criação de um imposto sobre grandes fortunas no pacote de reforma tributária de 2024 após intensa reação de grupos de alta renda e seus aliados, limitando o espaço fiscal para medidas que promovem a equidade.³ Ao mesmo tempo, poderosos lobbies do agronegócio e de setores extrativos avançaram com projetos para enfraquecer o licenciamento ambiental (o chamado “projeto da devastação”), que, segundo críticos, aceleraria mineração, infraestrutura e projetos agrícolas por meio de uma fiscalização mais branda, aumentando os riscos de desmatamento e poluição justamente quando o Brasil se prepara para sediar a COP30.^{4,5}

³ Ver https://drassetplanning.com/en_us/brazil-chamber-of-deputies-rejects-creation-of-wealth-tax-in-tax-reform/

⁴ Ver <https://news.mongabay.com/2025/07/brazils-congress-passes-devastation-bill-in-major-environmental-setback/>

⁵ Ver <https://www.bbc.com/news/articles/cy98jqr4p0xo>

O Brasil pode converter seus ativos em ganhos duradouros

O Brasil entra na próxima década com potencial renovável, capital natural, uma economia diversificada e capacidade democrática para correções de rumo. Este relatório sugere transformar esses ativos em ganhos duradouros removendo incentivos ao desmatamento; diversificando além da hidrelétrica para eólica, solar e armazenamento; fortalecendo ciclos virtuosos com crédito direcionado e liderança inclusiva de gênero; e ajustando suas forças estabilizadoras para evitar choques em cascata. Construir uma durabilidade política dessas vantagens que o país tem exige antecipar reações, vincular ação climática a competitividade, segurança e empregos e compartilhar benefícios com transparência para reunir amplas coalizões.

Recomendações preliminares

O Brasil pode alcançar metas climáticas e de desenvolvimento por meio de ação coordenada entre terra, energia, finanças e política social (ver Figura 2). O cenário do Grande Salto (*Giant Leap*) pode reduzir emissões e a desigualdade, ao mesmo tempo em que fortalece a confiança e a capacidade do Estado. O relatório conclui que uso da terra é o divisor de águas pós-2030 e que políticas e investimentos inteligentes podem virar o setor de fonte para sumidouro de emissões. Em paralelo, acelerar a expansão da rede, o armazenamento e o transporte limpo trazem ganhos rápidos de qualidade do ar e produtividade. Já o cenário Muito Pouco, Tarde Demais (*Too Little Too Late*) trava o país em um caminho de aquecimento, aprofundamento das tensões sociais e maior risco de ativos ociosos. Mesmo assim, medidas centradas na equidade podem converter resistência em adesão, acelerando a implementação e gerando benefícios cumulativos para saúde, resiliência, segurança e competitividade.

O Brasil precisa de um sistema coordenado e confiável que identifique pontos de inflexão cedo e aja rapidamente. Isso implica uma equipe permanente que reúna ministérios-chave (meio ambiente, planejamento, fazenda, energia, agricultura, saúde e justiça), com autoridade e orçamento para responder quando surgirem sinais de alerta — seja desmatamento em alta, expansão de queimadas, secas de rios ou outros. Também requer trabalho lado a lado com povos indígenas e comunidades tradicionais em áreas de alto risco, construindo uma rede nacional de “pontos de inflexão” que compartilhe dados em tempo real de satélites e de agências de clima, água e saúde, além de estabelecer pactos locais que combinem fiscalização rigorosa com apoio ao produtor, crédito e proteção social.

No plano global, o Brasil pode liderar um Conselho Global de Clima e Natureza (como proposto pela presidência brasileira da COP30) para transformar a melhor ciência sobre pontos de inflexão em alertas compartilhados em tempo real e ações coordenadas no sistema da ONU. Esse conselho superaria a fragmentação atual da governança clima-natureza ao conectar UNFCCC, biodiversidade, saúde, comércio e finanças e recomendar respostas rápidas, com financiamento conjunto, quando limiares forem ultrapassados. Também ajudaria a alinhar crédito, comércio e investimento com regras de desmatamento zero e fortes salvaguardas sociais, além de definir padrões de rastreabilidade e reciclagem para minerais críticos, protegendo territórios de alta biodiversidade e povos indígenas. A proposta se baseia no apelo do Presidente Lula — apresentado no G20 de 2024 — por um órgão em nível da ONU com maior capacidade de implementação, tendo a Assembleia Geral da ONU como fórum para discutir desenho institucional e apoio político.⁶

⁶ Ver detalhamento da proposta em <https://igarape.org.br/en/global-futures-bulletin-towards-a-global-climate-and-nature-council/>

Acelerar a redução da pobreza

A modelagem da Earth4All revela duas trajetórias bem distintas. Com reforma doméstica fraca, mesmo que o mundo melhore marginalmente, a pobreza cai por um curto período e depois volta a subir à medida que choques climáticos, desigualdade e vulnerabilidade se acumulam. Política nacional ambiciosa, por si só, reduz acentuadamente a pobreza e eleva a resiliência, mas, sem reformas globais em cooperação climática, comércio ou finanças, a erradicação completa permanece fora de alcance. Somente o cenário Grande Salto nacional-e-global atinge a erradicação antes de 2040, consolidando bem-estar e proteção contra futuros choques.

Para ampliar o impacto, o Brasil deve assegurar a execução inclusiva e climática do Bolsa Família e do Plano de Transformação Ecológica (PTE)⁷, de modo que transferência de renda, empregos e adaptação se reforcem mutuamente. Um Fundo Soberano Clima-Pobreza, coadministrado por povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades marginalizadas e financiado por títulos verdes e por redirecionamento de subsídios fósseis, pode financiar infraestrutura resiliente e proteção social com transparência.⁸ O fortalecimento da governança participativa, da colaboração multinível e da modelagem integrada também pode construir confiança, reduzir polarização e vincular a voz cidadã a resultados mensuráveis. Será fundamental implementar pacotes financeiros e tributários que não penalizem os brasileiros — especialmente os de baixa renda.

Priorizar a redução de desigualdades

Quedas sustentadas da desigualdade aparecem apenas em cenários com fortes reformas domésticas — ou, melhor ainda, com ambição coordenada doméstica e global. Sem isso, a desigualdade estagna em níveis altos ou volta a subir após ganhos de curto prazo, ruindo a confiança social e desacelerando avanços em gênero e inclusão. Os riscos de a desigualdade alimentar, o crime organizado e a tensão social são muito reais; portanto, como dito acima, medidas financeiras e tributárias devem penalizar os mais ricos e os maiores poluidores.

Prioridades de política incluem uma cesta tributária mais progressiva — como imposto sobre riqueza e contribuições ecológicas com destinação legal para proteção social e adaptação —, pilotos de tributação patrimonial/fundiária local progressiva e transparência radical via ferramentas fiscais digitais e controle social. Enquadrar a tributação da riqueza como mecanismo unificador que liga justiça à resiliência climática, apoiado por estudos de caso e orçamentos abertos, e como alicerce para coesão social e estabilidade econômica, pode ampliar a aceitação. O Brasil poderia ainda liderar um hub de cooperação tributária do Sul Global, expandir o orçamento participativo e investir em conscientização sobre os vínculos entre qualidade do ar e saúde, tudo dentro de um plano nacional de transformação integrado que supere silos setoriais.⁹

Empoderar mulheres e grupos marginalizados

Sem reformas amplas, o empoderamento avança lentamente e exclui a maioria das mulheres e grupos marginalizados dos espaços de decisão, mantendo a governança frágil. Em contraste, ação ambiciosa nacional e global acelera a paridade de gênero, a inclusão social e econômica, fortalece instituições e a tomada de decisão e melhora a capacidade coletiva de lidar com risco climático e mudança social.

⁷ Ver https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/novo-brasil-ecological-transformation-plan/0723_pte_digital.pdf

⁸ Ver <https://pppescp.com/2025/10/27/sovereign-wealth-funds-as-engines-of-capital-for-the-climate-transition/>

⁹ Ver <https://www.gov.br/planalto/pt-br/media/18-11-2024-declaracao-de-lideres-g20.pdf>

Fatores-chave incluem escalar as plataformas brasileiras de democracia digital participativa, expandir social *impact bonds* e financiamentos coletivos atrelados ao empoderamento, e criar instâncias de coordenação multinível que conectem aprendizados federal-estadual-municipal. Resiliência sensível a gênero em qualificação, colocação profissional e políticas de prevenção de desastres com recorte de gênero em áreas de alto risco devem ser internalizadas. Além disso, diálogo cultural, campanhas lideradas por jovens e metas de empoderamento embutidas em financiamento de adaptação e planos de contingência podem remover vieses de gênero/raciais e impulsionar a autonomia econômica das mulheres.

Garantir segurança alimentar de longo prazo e melhorar a nutrição

Na questão fundiária, o modelo projeta grandes ganhos de vegetação secundária sob pacotes robustos de políticas, reduzindo drasticamente as emissões de mudança de uso da terra, uma das maiores fontes de GEE do Brasil.¹⁰ O sucesso depende tanto da fiscalização quanto da economia: quando desmatar fica arriscado e caro, regenerar compensa. Ainda assim, emissões da agricultura continuarão a subir com expansão de área e intensificação pecuária, e práticas regenerativas emperram sem incentivos mais fortes, adesão do agronegócio e sinais de mercado. Somente a reforma ambiciosa nacional e global vira o sistema rumo a uma agricultura sustentável e próspera: emissões em queda acentuada, paisagens resilientes e renda rural em alta.

Para chegar lá, o Brasil pode vincular crédito rural e incentivos fiscais à sustentabilidade e rastreabilidade verificadas. As autoridades podem condicionar o apoio ao cumprimento ambiental e a práticas de baixo carbono. Outras prioridades incluem painéis em tempo real de resiliência climática para integrar dados ambientais, sociais e de mercado em decisões públicas e privadas. O país poderia criar hubs multissetoriais de inovação em alimentos e agricultura para testes rápidos de políticas/tecnologias e escalar instrumentos financeiros por resultados e fundos participativos que acelerem restauração, resiliência e equidade nutricional, garantindo que a agricultura regenerativa entregue recuperação ecológica e dietas saudáveis e acessíveis.

Expandir energias renováveis e redes

Ancorado na hidreletricidade, o sistema elétrico brasileiro é incomumente limpo para uma grande economia. Ainda assim, está exposto à variabilidade das chuvas e à exploração fóssil persistente.¹¹ A modelagem delineia quatro futuros: inação que estagna a descarbonização; ambição liderada globalmente que traz progresso moderado; liderança doméstica que fortalece a guinada para energia limpa; e ambição combinada nacional e global que acelera ao máximo a transição para quase 100% renováveis, com fortes ganhos de qualidade do ar e segurança energética.

Escalar a transição requer agilizar a transmissão para corredores eólico-solares, definir metas claras de armazenamento e capacidade firme, e expandir resposta da demanda e tecnologias modernas de inversores para estabilizar uma rede intensiva em renováveis. Hubs de inovação coordenados ligando reguladores, operadores, comunidades e investidores podem blindar o sistema contra os choques climáticos. Manter um cronograma previsível de leilões e um pipeline de investimentos consolida a liderança do Brasil, convertendo a ambição de energia limpa em benefícios duradouros para o clima, a competitividade e a sociedade, posicionando o país como potência renovável e modelo de transição justa.

¹⁰ Ver <https://climaesociedade.org/en/changes-in-land-use-account-for-48-of-brazilian-emissions/>

¹¹ Ver <https://lowcarbonpower.org/region/Brazil>

Figura 2. Resumo das principais recomendações de políticas**POVERTY**

Fundo Soberano Clima-Pobreza com governança comunitária.

Reforçar mecanismos participativos (por exemplo, Conselhos de Políticas Sociais) e garantir transparência nos resultados do Bolsa Família e do Plano de Transformação Ecológica.

Ampliar o PTE.

INEQUALITY

Impostos sobre riqueza e contribuições ecológicas com vinculação legal a proteção social e clima.

Pilotos de IPTU/ITR progressivos locais.

Orçamento participativo.

Nova narrativa que posicione a arrecadação sobre riqueza como catalisadora da redução de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade ecológica.

Hub de cooperação tributária do Sul Global.

Força-tarefa sobre clima, qualidade do ar e saúde.

EMPOWERMENT

Escalar a Plataforma de Democracia Digital Participativa existente.

Ampliar *social impact bonds* com métricas por resultados alinhadas a metas de empoderamento.

Plataformas de governança multinível.

Resiliência sensível a gênero.

Diálogo cultural e *advocacy* contínuos.

FOOD

Crédito rural e incentivos fiscais condicionados à rastreabilidade.

Painéis de resiliência climática em tempo real.

Hub multissetorial de inovação agroalimentar.

Instrumentos financeiros inovadores (*blended finance*, pagamentos por resultados, linhas de crédito atreladas a práticas regenerativas).

ENERGY

Acelerar a expansão da transmissão.

Hubs de inovação para a geração diversificada.

Resiliência da rede elétrica.

Cronograma ágil de leilões para atender a demanda crescente.

A Earth4All é uma iniciativa internacional para acelerar as mudanças sistêmicas das quais precisamos para termos um futuro igualitário neste planeta finito. Combinando a melhor ciência disponível com um novo pensamento econômico, a Earth4All foi criada para identificar as transformações necessárias para criar prosperidade para todos. A iniciativa foi do Clube de Roma, do Potsdam Institute for Climate Impact Research, do Stockholm Resilience Centre e da Norwegian Business School. Ela se baseia nos legados do estudo Limites ao Crescimento e no enquadramento teórico dos limites planetários.

A Earth4All está comprometida em avançar a mudança sistêmica e a transição para um novo paradigma climático e econômico por meio de três pilares interconectados. Esses pilares refletem a amplitude do nosso trabalho e dos nossos objetivos:

- ▶ Criar evidências convincentes para a mudança sistêmica por meio de pesquisa transformativa, modelagem de dinâmica de sistemas, evidência científica e redes de conhecimento;
- ▶ Influenciar a esfera pública e a cultura com novas narrativas e ferramentas criativas que promovam, justiça bem-estar e cuidado com o planeta;
- ▶ Envolver mais pessoas em uma jornada para gerar mudança por meio da criação de novas políticas, alianças de tomada de decisão que amparem o bem-estar e os limites planetários.

Sob licença Creative Commons Attribution-NonCommercial
4.0 International Licence.

